

## A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES A PARTIR DAS MÍDIAS VIRTUAIS

Sandra Olades Martins Venturelli<sup>1</sup>

### RESUMO

Atualmente a sociedade passa por uma revolução tecnológica que altera as suas bases sociais, econômicas, políticas e culturais. Diversas mudanças tecnológicas aconteceram em outros contextos históricos, porém nenhuma delas tinha como matéria-prima a informação e a interação. Estas novas tecnologias, mais precisamente a Internet, se distinguem do rádio, do cinema, da TV e dos jornais impressos pelo seu caráter ambivalente: ao mesmo tempo constitui-se como meio para se levar a informação e também o meio de interação e construção da informação, constituindo-se em *networks*. Além da apresentação desta revolução tecnológica este artigo também aborda sobre a identidade e comunidade na sociedade contemporânea e a desterritorialização e as comunidades virtuais. De forma geral, observa-se que a esfera pública midiática, através da Internet, corresponde a um espaço de troca, de produção e de estocagem de informações, que escapa da manipulação e do controle pelo fato da acessibilidade universal na rede, favorecendo uma condição para que vozes minoritárias e opositoras garantam seu lugar neste meio.

**Palavra-Chave:** Mídias Vituais; Internet; *Networks*

### 1 – Introdução

A sociedade contemporânea passa por uma revolução tecnológica que traz em si todos os elementos capazes de alterar as suas bases sociais, econômicas, políticas e culturais. Diversas mudanças tecnológicas aconteceram em outros contextos históricos, porém nenhuma delas tinha como matéria-prima a informação e a interação.

A partir de todos estes avanços estabeleceram-se as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que incluem os novos meios de comunicação como a Internet, a

---

<sup>1</sup> Graduada em Filosofia e Especialização pela Universidade Federal de Uberlândia . Especialista em Filosofia Clínica pela Faculdade Padre João Bagozzi, Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Uberlândia, Professora da Faculdade Católica de Uberlândia e do Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC.

partir do uso dos computadores e dos telefones celulares. Ambos possuem recursos de voz, dados, som, texto e imagem, e são meios de interação entre pessoas a longas distâncias, que passam a se relacionar mediadas por um instrumento tecnológico.

Estas novas tecnologias, mais precisamente a Internet, se distinguem do rádio, do cinema, da TV e dos jornais impressos pelo seu caráter ambivalente: ao mesmo tempo constitui-se como meio para se levar a informação e também o meio de interação e construção da informação, constituindo-se em *networks*.

O impacto na sociedade mundial foi inevitável. Em nenhum momento da história concebeu-se este fenômeno que desencadeou mudanças de organização social permitindo a globalização da economia, das relações de trabalho, dos interesses políticos e a interação entre os indivíduos e grupos.

A nova mídia oferece acessibilidade a uma enorme diversidade de informações sobre culturas, conflitos políticos, movimentos sociais, biografias não autorizadas, entretenimento, e etc. Rousiley Maia aponta algumas implicações deste fenômeno:

o familiar e o próximo misturam-se com o estranho e o distante, de modo que as fronteiras entre tais domínios tornam-se quase irreconhecíveis. [...] o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação abre um grande leque de possibilidades para a interação virtual entre indivíduos e grupos, para a coordenação da ação política ou para a promoção de mobilizações através de redes, em escalas planetárias, de um modo sem precedentes. (MAIA, 2006, p. 15)

O surgimento de um meio de comunicação de massa como a Internet, com amplitude e alcance universal, promove uma reorganização das estruturas relacionais entre pessoas e das mobilizações sociais, pois, trata-se de uma comunicação em rede, que, ao compartilhar o mesmo *lócus*, podem formar identidades transterritoriais, além de ser espaço de fluxos de mercadoria e de relações sociais. Castells acredita que todos estes fatores engendram uma nova organização social:

Esta nova forma de organização social, dentro da sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está a ser difundida mundialmente tal como o capitalismo industrial e o seu inimigo gêmeo, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo à pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança e, ao mesmo tempo, impondo o rigor e instilando o desespero. (CASTELLS, 2003, p. XXII)

A mudança radical e irreversível pela qual passa a sociedade afeta também as tradicionais comunidades nas quais estávamos inseridos; inevitavelmente tem ocorrido a desconstrução das identidades individuais, sociais, culturais, profissionais e religiosas nos moldes do passado.

Desta forma, parece que atualmente tornou-se praticamente impossível tentar recuperar qualquer tipo de identidade sólida e rígida dentro de um mundo de diversidades. Diante das transformações pelas quais passa a sociedade são exigidos novos comportamentos e novos referenciais, necessários à reconstrução de uma nova identidade individual ou coletiva, tendo em vista que não é possível negar tais transformações e nem tentar compreendê-las a partir de conceitos construídos no passado.

## **2 – Identidade e comunidade na sociedade contemporânea**

Dentro das comunidades o impacto das novas mídias foi decisivo; as identidades que eram construídas solidamente num espaço de acolhimento e proteção oferecidos pelas comunidades, e que no entendimento de Zigmunt Bauman poderia representar “um abrigo em relação aos efeitos da globalização em todo o planeta” (2005, p. 12), não conseguiram impedir as alterações ocorridas no próprio espaço.

Neste sentido, Zigmunt Bauman esclarece:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p. 17)

A formação das identidades, frequentemente dentro das comunidades, cria significado e reconhecimento entre as pessoas e a sociedade. As comunidades, por sua vez, seriam partes integrantes da vida social e também dos núcleos político-culturais de um todo, seja este local ou globalizado. As comunidades são formadas por grupos de pessoas vinculadas umas às outras tanto por tradição e destino, cujos membros têm ligação absoluta, quanto por afinidades de idéias e princípios fundados por laços de solidariedade que constroem a identidade do indivíduo.

Dentro das comunidades territoriais, os indivíduos interagem, compartilham experiências, estreitam relações, discutem problemas de forma amigável e usufruem do espaço em comum e da presença física do outro, assim como nos apresenta Leal, “as relações comunitárias constituem então, formas de enraizamento dos indivíduos, tanto na coletividade como no território que ocupam, o que condiciona inclusive o contato com os outros grupos.”(2006, p. 184)

Estas relações fornecem aos indivíduos modelos de ação, objetivos, ideais e valores que são aprovados, e ainda correspondem aos anseios e necessidades que podem lhes trazer satisfação pessoal e ajuda mútua de interesses. Todos os membros do grupo devem compartilhar das mesmas convicções, hábitos, atitudes e peculiaridades, o que não impede a diversidade.

Na comunidade, o entendimento acontece naturalmente, não é necessário construir um acordo artificial. A comunidade é o lugar de se sentir amparado e confiante, nela encontra-se o que falta no mundo lá fora: o respeito, o entendimento, a compreensão. Por isto, Bauman se refere à comunidade como algo não existente: “Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria existência.” (BAUMAN, 2003, p.9)

Parece mesmo improvável a existência de comunidades nestes moldes apresentados dentro do contexto social. A sociedade do capitalismo tardio favorece a individualização, que afeta a formação das identidades. Aquela comunidade estável, fixa e enraizada que garantia uma identidade comunitária aos seus membros tornou-se frágil, seus laços fortes de solidariedade enfraqueceram-se e a unidade identitária divide espaço com as pluralidades de identidades. Surge assim uma tensão entre a identidade vivida como construção individual e a comunidade como forma de sociabilidade coletiva.

Esta tensão gera um desconforto entre a comunidade e a individualidade, na escolha entre pertencer a uma comunidade e ter segurança ou viver fora da comunidade e ter liberdade. A comunidade real – e não naquela sonhada – exige esta condição, ela garante a proteção, mas tira a liberdade, enfim, a comunidade limita a liberdade, mas oferece segurança, compartilhamento e inserção do indivíduo.

A esperança de encontrar um ponto de equilíbrio e a turbulência dos fluxos de informação faz o indivíduo se movimentar. Enquanto estiver em posse de sua liberdade ele pode escolher suas comunidades, não há mais uma inclusão impositiva como já ocorrera no passado. Agora ele pode escolher participar de uma comunidade local ou de uma globalizada, e cabe a ele a responsabilidade da escolha. Da mesma forma que também pode escolher não participar de nenhuma.

A independência em relação às comunidades possibilita que o cidadão contemporâneo não precise mais pertencer a nenhuma delas, portanto a decisão parte dos benefícios que ele conseguiria na comunidade e que ele não conseguiria por conta própria fora da comunidade, além de pesar a vantagem de se submeter às demandas da solidariedade comunitária.

Bauman defende que dentro dos discursos filosóficos desenvolvem-se duas concepções diferentes de comunidade: a comunidade estética e a comunidade ética. A comunidade estética, originada na idéia kantiana, é formada a partir de laços superficiais, transitórios, descartáveis e pouco duradouros, enquanto que a comunidade ética é construída a partir de responsabilidades e vínculos duradouros, capaz de dar suporte ao indivíduo na vida social.

A distinção entre estas comunidades retrata as formas de vida e sociabilidade na contemporaneidade. A comunidade estética, entre diversos segmentos, caracteriza-se normalmente por ser gerada pela indústria do entretenimento; ela “atua pela sedução” e envolve os indivíduos através da criação de ídolos. Os integrantes destas comunidades estão sempre prontos para o consumo imediato e para o descarte em seguida, estes se sentem temporariamente satisfeitos pelo fato de poderem se integrar sem o risco de perderem a liberdade. Isto é consequência da aceleração do tempo de giro da produção, ou seja, os produtos são produzidos para terem uma vida útil reduzida, efêmera e de acordo com o espetáculo e a moda.

Estes fatores sociais, como os eventos, os interesses, os produtos de consumo e os ídolos servem temporariamente como “cabides” para camuflar as aflições, angústias, ansiedades e preocupações experimentadas individualmente. Estas sensações serão penduradas para em seguida serem retomadas, estes processos identitários serão instituídos nas chamadas “comunidades-cabide”, conforme constata Bauman:

Qualquer que seja o foco, a característica comum das comunidades estéticas é a natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Os laços são descartáveis e pouco duradouros. [...] esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos. (BAUMAN, 2003, p. 67)

Estas comunidades não oferecem laços humanos mais estreitos. Passado o momento em que suas insatisfações ficaram penduradas nos “cabides”, os sujeitos voltam à sua rotina normal e isto demonstra a instabilidade das comunidades estéticas,

pois nelas há apenas uma identificação temporária que não atende necessidades maiores de vínculos que comportam a segurança e a fraternidade.

As comunidades éticas correspondem àquilo que realmente é desejado e buscado, mas que não se consegue obter sozinho: segurança, certeza e proteção; esta comunidade é construída em longo prazo, com responsabilidade, com garantias de durabilidade e “compartilhamento fraterno.”

Os diferentes papéis destas comunidades não devem ser misturados para não se correr o risco de gerar discussões em torno de contradições desnecessárias, pois, de acordo com Bauman, os conflitos são naturalmente produzidos e não se trata de problemas a serem superados, trata-se da pluralidade de identidades existentes.

Os acontecimentos externos são processados internamente pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pela sociedade para que estes reorganizem os conteúdos e consigam formar suas identidades que devem ser significativas e lhes proporcionar a sensação de pertencimento. A identidade pode ser entendida como “a fonte de significado e experiência de um povo.” (CASTELLS, 2003, p. 02)

A construção das identidades geralmente parte de uma relação de poder dentro de um determinado contexto. E podem ser constituídas a partir de três formas: a identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

O estudo de Castells apresenta como estas formas são originadas:

A *identidade legitimadora* é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os cidadãos; a *identidade de resistência* é criada pelos próprios indivíduos que se encontram em condições desvalorizadas ou impostas pela ordem dominante, eles constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições dominantes; e por último, a *identidade de projeto* é formada quando os indivíduos, servindo-se de qualquer tipo de material cultural, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e provocar a transformação de toda a estrutura social.

As identidades não são intransponíveis; é possível passar de uma identidade para outra. A dinâmica das identidades revela que elas não se constituem enquanto essências, mas sim como resultado de processos históricos e em certos casos, escolhas pessoais.

No início da sociedade moderna<sup>2</sup> a identidade era construída solidamente para seguir a lógica da racionalidade instrumental, sendo pautada por objetivos que acompanhavam as bases sociais da época; uma das formas de se construir a identidade era pelas classes sociais e isto era confirmado a partir do comportamento equivalente à classe que pertencia, ou seja, um burguês se comportava como burguês, um proletário vivia seu papel produtivo desempenhado na divisão social do trabalho a vida toda. Cada classe tinha seu comportamento sinalizado, a formação profissional era pré-estabelecida e a base familiar era normalmente sólida, nestas condições a distinção identitária era muito clara.

O Estado mantinha a ordem através da dependência e amparo sobre os cidadãos, o seu interesse em manter a solidez da Instituição o levava a promessas de garantias de satisfação aos sujeitos do Estado. No entanto, ocorrem mudanças das identidades fixas e permanentes para identidades voláteis e efêmeras quando a identidade começa a ser determinada a partir do comportamento dos indivíduos e das escolhas individuais. Se antes o indivíduo possuía uma identidade que era mais ou menos imposta pelo Estado, agora ele está totalmente desamparado para buscar sua própria identidade.

A incerteza atual do indivíduo inicia com a globalização, que nas palavras de Bauman (2005) representa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação. O Estado passa a ter poucas garantias de soberania territorial, pois, perdeu aquele monopólio que monitorava e protegia as hierarquias e as identidades. Bauman descreve este desligamento do Estado:

Tendo transferido a maior parte de suas tarefas intensivas em mão-de-obra e capital aos mercados globais, os Estados têm muito menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico. Até mesmo o patriotismo, o ativo mais zelosamente preservado pelos Estados-nações modernos, foi transferido às forças do mercado e por elas remodelado para aumentar os lucros dos promotores do esporte, do *show business*, de festividades comemorativas. (BAUMAN, 2005, p.34)

Com estas mudanças, os direitos econômicos, políticos e sociais perdem a sua força dentro do Estado-nação. Os direitos individuais passam a prevalecer sobre os coletivos e cabe ao indivíduo garantir suas próprias vantagens sobre os outros. Ocorre, neste momento, a ambivalência do individualismo moderno. O sujeito que na modernidade lutou pela emancipação, autonomia e direitos conseguiu realmente o que

---

<sup>2</sup> A formação da identidade antes do Estado moderno se fazia pelo nascimento, ou seja, a identidade do sujeito era determinada pela casta social a que pertencia.

mais desejava: a garantia da individualização, porém ela veio como valor de troca. Os bens trocados seriam a liberdade e a segurança; a segurança era oferecida em troca da liberdade. Como Bauman observa: “Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual.” (BAUMAN, 1998, p.10)

Enquanto não se tinha a liberdade, esta era o bem mais valioso e desejado, o que ofuscava a importância da segurança, agora que se tem a liberdade e não se tem a segurança esta última torna-se o bem mais desejado. Esta ambivalência é o drama do homem pós-moderno, pois não vieram os ganhos sem as perdas. O homem contemporâneo não vive em um Estado de leis duras, severas e inabaláveis que o deixa com o único dever de se ajustar e conformar, mas vive a aflição e ansiedade do oferecimento de mais liberdade individual em troca de menos segurança.

O que parece inicialmente estimulante, como as expectativas sobre novas vivências, a liberdade para fazer escolhas, a ausência de limites, a possibilidade de terminar e recomeçar algo sempre que se sentir entediado pode a longo prazo ser causa de ansiedade, do mesmo modo que uma condição determinada e inflexível diante de outras tantas possibilidades pode ser causa de insatisfação.

Esta complexidade pode ser originada na tradicional sensação de pertencimento. Na percepção de Geuss “os seres humanos têm uma necessidade vital do tipo de vida ‘significativa’ e do tipo de identidade, o que é possível apenas para um agente que se põe em relação com uma cultura.”(GEUSS, 1988, p.39) Aqueles valores enraizados culturalmente dentro da nação, como a tradição, os dialetos, os costumes e modos de vida locais foram perdidos e com isto fica difícil obter identidades significativas, embora os indivíduos ainda sintam a necessidade de buscar uma identidade que vem do desejo de segurança e de convívio.

### **3 – A desterritorialização e as comunidades virtuais**

A identidade, por ser inerente à condição humana, é buscada por todos os indivíduos com o intuito de encontrar segurança, moldar comportamentos, formar convicções e garantir ao indivíduo um lugar no mundo. A formação da identidade depende muito do seu enraizamento em um espaço territorial bem definido que ofereça todas as condições necessárias para o indivíduo ou os grupos se sentirem seguros e



protegidos. Este espaço bem delimitado marcado por sua territorialidade caracteriza-se pelo seu abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção, pela identificação do grupo com o espaço construído, pela disciplina e controle exercido através do espaço e pela construção de conexões e fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

Devido a todos estes motivos, a territorialização ao longo do processo histórico foi muito valorizada pelo que representava para os indivíduos e também para o Estado-nação, pois a identidade existente no território de soberania nacional era consolidada e concretizada a partir de muita coerção e convencimento com a finalidade de legitimar uma subordinação incondicional de seus cidadãos. A identidade nacional era a garantia do Estado de concretizar o futuro da nação e a certeza de sua continuidade, sendo assim todo o povo era obrigado a aderir a determinados símbolos nacionais, como hino e bandeira, e a manter vínculos a lugares, datas comemorativas e tradições específicas.

A finalidade deste Estado-nação era sobrepor um tipo de adesão ao particularismo comunitário territorializado em nome de uma nação una e indivisível. Com isto, ele evitava o controle das comunidades sobre os cidadãos devido ao seu esforço de unificação nacional, o que anulava todos os interesses individuais e mantinha a inexistência de autonomia dentro da nação. A permanência territorializada e o pertencimento do indivíduo em uma comunidade tem implicações nas instituições estatais e também nas normas e leis que submetem os indivíduos. Castells esclarece que “a identidade territorial está na raiz dos governos locais e regionais que despontam, em todo o mundo, como actores significativos tanto em termos de representação como de intervenção, por estarem mais bem posicionados para se ajustar às incessantes variações dos fluxos globais.” (CASTELLS, 2003, p. 437)

O território constitui-se como um espaço que pode assumir diferentes formas ou funções que podem ser físicas, geográficas, sócio-políticas, econômicas e psicológicas, que foram sendo permeadas pelos avanços tecnológicos em escala mundial. A revolução das tecnologias de comunicação estreitam distâncias e desfazem fronteiras, o globo terrestre transforma-se num complexo espaço de relações desterritorializadas e assim, uma nova estrutura da sociedade composta por novos sujeitos surge interconectada mundialmente.

O termo “desterritorialização”, que significa uma “saída do território”, foi conceituado por Deleuze e Guattari, que inicialmente usavam a expressão nos processos psicanalíticos. Somente um tempo depois, este foi usado na filosofia e outras áreas. Influenciado pelo pensamento de Foucault e Deleuze, Guattari analisou os efeitos do contexto sócio-histórico e cultural na subjetividade humana, e defende que, mesmo inconscientemente, os indivíduos se lançam e empreendem-se em “buscas diárias por demarcações das territorialidades sociais, que foram perdidas quando a humanidade passou a ter o capital como universo de referência.” (GUATTARI, 1993)

A utilização do termo não se refere propriamente a um território geográfico, mas sim a um contexto físico e antropológico diante do comportamento de desenraizamento humano do seu território natural. A desterritorialização é um processo que encaminha naturalmente para uma reterritorialização, isto é, uma “criação” de um outro novo território.

O conceito de Deleuze & Guattari apresenta-se como fugidio, múltiplo e literalmente “rizomático” na “articulação, corte e superposição”, levando-o sempre a referir-se a outros conceitos do passado, do presente ou do devir:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. [...] Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 46).

A articulação do conceito corresponde ao movimento natural do rizoma, que por sua vez representa a raiz em sua pluralidade e possibilidade de conectar com qualquer outro ponto em sua multiplicidade de encontros. O rizoma seria o modelo da construção do pensamento no qual os conceitos não são hierarquizados e não partem de um ponto central, nele não há a concentração de poder, assim como não é referência para outros conceitos.

O rizoma, então, representa a desterritorialidade em suas múltiplas possibilidades de reconstrução de territórios, porém estes, ao serem recriados, não possuem aquelas mesmas características dos originais, construídos por muitos milênios e que levaram muitas décadas para se modificar; os novos territórios são móveis e descontínuos, podendo se desfazer com extrema rapidez, de modo que aquele processo lento e gradual de sua construção é substituído por uma aceleração progressiva, tanto do seu surgimento quanto da sua dissolução.

A desterritorialização não leva a um esvaziamento ou ao fim de uma comunidade territorializada, mas sim à perda de um referencial fixo que é substituído por vários outros não referenciais. Desta forma, não se tem mais um ponto de referência exato, nem da região, do estado ou do país e isto se estende para as empresas, o trabalho, os produtos, os vínculos sociais, tudo se torna mundial e em trânsito. Ela pode acontecer dentro da própria casa através de mídias conectadas que coloca o homem em contato com localidades hiper-distantes levando-o a perder seu referencial e não reconhecer mais seu lugar no mundo. Com isto, a necessidade intrínseca do ser humano de possuir uma identidade o impulsiona a buscar em outros territórios identidades novas ou reconstruídas. De acordo com Castells “a crescente diversidade e fragmentação dos interesses sociais na sociedade em rede resultam na sua agregação sob a forma de identidades (re)construídas.” (CASTELLS, 2003, p. 329)

Este processo pode ser mais bem definido como uma reconstrução em novas bases encontradas que consiste na existência de múltiplos tipos de territórios. E mesmo com esta diversidade de territorialidades é possível ter acesso e trânsito muito maior e mais rápido, devido às novas tecnologias. Entretanto, este processo privilegia as classes hegemônicas por terem maior facilidade na mobilização tanto física quanto virtual; somente uma elite planetária pode usufruir de uma acessibilidade ampliada e irrestrita. A desterritorialização própria da globalização emancipa as elites e exclui os desfavorecidos da cultura da mobilidade física e virtual deixando-os desamparados também pelo fato dos espaços locais terem sido desfeitos.

Bauman avalia as novas formas da espacialização na sociedade globalizada e defende que a desterritorialização não é igualmente distribuída por favorecer as elites, seja pela progressiva facilitação do deslocamento ou pelos ordenamentos que não estão mais confinados a espaços locais, como o poder político e a economia. Surge uma nova casta de excluídos composta por aqueles para quem a mobilidade não é possível e que não têm acesso à desterritorialização e ao ciberespaço.

Isto traz implicações políticas, pois a pós-modernidade precisa constituir efetivamente uma multiterritorialidade que não esteja disponível apenas a uma minoria. A mobilidade e a amplitude de opções realistas permitida apenas àqueles mais favorecidos, que podem escolher suas novas territorialidades, significa para Bauman o motivo central das diferenças sociais pós-modernas: “A liberdade de escolha, eu lhes

digo, é de longe, na sociedade pós-moderna, o mais essencial entre os fatores de estratificação. Quanto mais liberdade de escolha se tem, mais alta a posição alcançada na hierarquia social pós-moderna.” (BAUMAN, 1998, p. 118)

O discurso da desterritorialização revela um mundo globalizado e móvel, marcado pela imprevisibilidade, fluidez das redes e virtualidade do ciberespaço que deveria atingir a todos. A multiterritorialidade exige que os indivíduos mantenham as conexões físicas ou informacionais, principalmente pelo ciberespaço, entre os múltiplos territórios e ainda os territórios-rede pela necessidade de se construir uma experiência espacial integrada. Com a multiterritorialidade esperava-se que haveria a destruição de todas as barreiras espaciais e do capital financeiro, de modo a conseguir o desaparecimento do Estado-nação, delegando assim todo poder ao mercado mundial. Castells esclarece que as mudanças acompanham a descentralização do fluxo do poder:

O poder [...] já não se concentra nas instituições (o Estado), nas organizações (sociedades capitalistas) ou nos mecanismos simbólicos de controlo (empresas mediáticas, igrejas). Pelo contrário, difunde-se em redes globais de riqueza, poder, informação e imagens, que circulam e se transmutam num sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e domina, não só porque aparelhos de diferentes tipos ainda se mostram capazes de disciplinar os corpos e silenciar as mentes. (CASTELLS, 2003, p. 439-440 grifos do autor)

Esta forma de controle pode aumentar ou diminuir conforme o comando sobre a tecnologia da informação, não se trata mais de um poder exercido por instituições rigidamente constituídas que mantêm estabelecida a dominação, mas sim de um poder concentrado nas mãos daqueles que possuem o conhecimento tecnológico, pois hoje o que confere poder é ter acesso à informação e dominar o uso dos instrumentos que a transmitem, ou seja, possuir meios de entrada a este mundo novo, tecnológico, virtual. O fator predominante da sociedade contemporânea é a mobilidade e o acesso à tecnologia de informação permitindo que os indivíduos se movam com desenvoltura e plena rapidez por todo planeta através das infovias.

A desterritorialização ou multiterritorialidade são moldadas pelo movimento e reconhecem a importância estratégica do espaço e do território para a transformação da sociedade e dos fluxos do poder. A concentração de indivíduos em lugares específicos que se encontravam para discutir e influenciar a ação política não existe mais, estes espaços foram esvaziados pela dispersão, sendo mais facilmente encontrados nas redes virtuais.

A desterritorialização atinge a sociedade global e caracteriza-se pela alta definição tecnológica e pela sua rapidez. A Internet - rede mundial de computadores - permite aos indivíduos um acesso rápido às informações com relativa segurança e com muito conforto. Dentro da própria casa, esta nova mídia audiovisual coloca o homem em contato com localidades hiper-distantes e desafia a compreensão do mesmo em relação ao presente. O homem pós-moderno encontra-se agora exposto de forma participativa a uma interação mundial de comunidades virtuais.

A comunidade no mundo de hoje provoca uma articulação entre esfera pública e privada. As distinções entre público e privado se interpenetram na rede através das múltiplas interações que podem ser com a própria família, o círculo de amigos, os colegas de trabalho, os conhecidos, e também com os membros de uma comunidade virtual em comum (mesmo que não se conheçam pessoalmente) como os ativistas de movimentos sociais, etc., isto é, a interação com grupos ou indivíduos da esfera pública acontece no mesmo espaço e nas mesmas condições que o da esfera privada. Na descrição de Habermas ainda havia uma clara distinção, na qual se iniciava uma interpenetração, porém sem destruir os limites das esferas:

Os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada [...] de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma comunicação entre *estranhos*, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias. (HABERMAS, 2003, p.98 grifo do autor)

As esferas pública e privada também podem ser orientadas pelo entendimento através do uso crescente de tecnologias digitais que criam uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, propicia novas formas de agregação social no ciberespaço. Nas redes de comunicação desenvolvem-se um espaço de comunicação e a circulação de informação que não existem em oposição ao real. Os próprios antagonismos no espaço político entre identidade e diferença precisam ser mantidos como garantia de uma democracia numa sociedade pluralista.

As comunidades virtuais se constituem de forma espontânea nestes espaços virtuais com bases em afinidades. Atualmente cabe ao indivíduo a escolha de integrar-se a uma determinada comunidade, a motivação é individual, eletiva e subjetiva. Isto difere do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais de maneira imposta, agora o indivíduo está diante da possibilidade de optar pela identificação, que na verdade,

representa a diferenciação. A elaboração constante da identidade torna-se, portanto, uma atividade intrinsecamente solitária, como uma espécie de ‘política de vida’, o indivíduo torna-se responsável pelo seu projeto de auto-identidade, como analisa Giddens, “não tem outra moralidade além daquela da autenticidade, uma versão moderna da velha máxima ‘sê sincero consigo mesmo’. Atualmente, no entanto, dado o descuido da tradição, a pergunta ‘Quem serei eu?’ está intrinsecamente ligada a ‘Como poderei viver?’” (GIDDENS, 1993, p. 215).

O indivíduo está livre para fazer todas as escolhas que for do seu interesse particular. Na comunidade virtual, ele elege a comunidade na qual quer fazer parte e pelo tempo que lhe convier, como diria Bauman, isto “é senão o que se pode chamar o ‘controle situacional’ – a aptidão para escolher onde e com que partes do mundo ‘interfacear’, e quando desligar a conexão”(BAUMAN, 1998, 114). A sua principal motivação é a identificação com os assuntos e com as pessoas com quem possa compartilhar idéias e promover discussões públicas, desta forma se estabelecem e consolidam as comunidades virtuais.

No entanto, as comunidades virtuais nem sempre são fundamentadas em vínculos duradouros; com isto abre-se a possibilidade de se excluir facilmente um dos seus membros, esta condição representa a ausência daquela necessidade do outro e da sua presença como acontecia nas comunidades territoriais que eram constituídas nos locais seguros como o lar, o local de trabalho ou qualquer outro ponto de encontro, de forma que não se podia simplesmente excluir o outro, pois havia um vínculo construído historicamente em suas biografias. O pertencimento a estas comunidades virtuais aparece somente quando surgem elementos como solidariedade, identificação, memória coletiva, interação, ou seja, aqueles elementos próprios das comunidades territoriais. Caso contrário, elas criam apenas a ilusão de intimidade tornando-se um simulacro da comunidade.

As comunidades virtuais se estabelecem como uma esfera pública nos momentos de manifestação pública, em que lançam mão do discurso, apesar de Habermas ainda acreditar que os espaços concretos de um público presente nas esferas públicas sejam mais consistentes:

Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a

passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública. (HABERMAS, 2003, p. 93)

Para Habermas, a ausência de espaços concretos pode levar a uma abstração generalizada e a tomadas de posição desacopladas dos contextos densos das interações simples. E ainda, a generalização do contexto, a inclusão ou o anonimato crescente exigem um grau maior de explicação e a renúncia a linguagens de especialistas ou a códigos especiais, que comprometem o entendimento comunicacional. Dentro deste contexto, o discurso normativo numa esfera pública, conforme defende Habermas, ficaria comprometido diante das novas estruturas do espaço público, tanto pela sua formação individual e de grupos específicos como de sua constituição virtualizada.

Contudo, é possível considerar que estes novos espaços não subvertem a argumentação e nem a discussão política. A esfera pública midiática, através da Internet, corresponde a um espaço de troca, de produção e de estocagem de informações. Ao canalizar e entrelaçar múltiplos fluxos torna-se um instrumento de poder, abrindo também a possibilidade de um trabalho cooperativo no ciberespaço que escapa da manipulação e do controle pelo fato da acessibilidade universal na rede, favorecendo uma condição para que vozes minoritárias e opositoras garantam seu lugar neste meio.

#### **4. Referências bibliográficas**

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II*. Trad. Alexandra Lemos & Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GEUSS, Raymond. *Teoria crítica. Habermas e a Escola da Frankfurt*. Trad. Bento Itamar Borges. Campinas: Papyrus, 1988.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

GUATTARI, Félix. *Da produção de subjetividade*. In: Parente, André (Org.) *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34, 1993, p.177-191.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia – entre facticidade e validade*. Volumes II. 2ª ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEAL, Bruno Souza. A comunidade como projeto identitário. In. MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria C.P.S. (Orgs.). *Mídias, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 183-192

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública. Modos de abordagem. In. MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria C.P.S. (Orgs.). *Mídias, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 11- 46